

**UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NA
RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA DE BANCOS ISLÂMICOS**

AHMED SAMEER EL KHATIB

CENTRO UNIVERSITÁRIO ÁLVARES PENTEADO (FECAP)

FABIO GALLO GARCIA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (PUCSP)

ELMO TAMBOSI FILHO

UM ESTUDO SOBRE A INFLUÊNCIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NA RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA DE BANCOS ISLÂMICOS

1 INTRODUÇÃO

A Governança Corporativa tornou-se um tópico bastante debatido nos últimos vinte anos devido à alta incidência de colapsos corporativos, como *Barings*, *Enron*, *WorldCom*, *Siemens*, dentre outros, além da crescente conscientização global sobre a necessidade de governança corporativa sólida baseada na responsabilidade dos *stakeholders* e na transparência financeira (CHAPRA; AHMED, 2002; MCLAREN, 2004; PLATONOVA, 2014; HARUN, 2016). Dessa forma, a RSC, em geral, evidencia como as empresas atendem suas obrigações aos seus funcionários e comunidade (DUSUKI, 2008; ARIBI; GAO, 2015).

No contexto corporativo islâmico, as responsabilidades sociais representam o conceito de fraternidade ou *Ukhuwah* de um para outro. Assim, o papel social é muito importante para os bancos islâmicos e eles podem ser descritos como bancos que têm uma face social para a sociedade (HANIFFA; HUDAIB, 2007; AL-MUBARAK; OSMANI, 2010; HASAN; SITI-NABIHA, 2011). Este papel é principalmente um reflexo da importância de manter os princípios islâmicos sobre os quais esses bancos operam e como abordam essas questões sociais (MAALI et al., 2006; MAALI; NAPIER, 2010).

A maioria dos estudos precedentes examinou o impacto dos mecanismos de governança corporativa, incluindo as características do Conselho de Administração na divulgação voluntária de informações financeiras e não financeiras (e.g., LI et al., 2008; AKHTARUDDIN et al., 2009; PLATONOVA, 2014). Outras pesquisas investigaram a associação entre a estrutura do conselho de administração e a divulgação da RSC na indústria não financeira (e.g., SAID et al., 2009; ABDUR ROUF, 2011). No entanto, poucos estudos examinaram a influência dos atributos do conselho de administração na divulgação da Responsabilidade Social Corporativa (RSC) no setor financeiro, especialmente no setor bancário islâmico (BARAKO; BROWN, 2008; KHAN, 2010).

Este artigo contribui para a literatura acadêmica ao abordar essa questão no setor financeiro mais singular que se conhece: o sistema bancário islâmico. Este estudo contribui também para a literatura acadêmica existente sobre os determinantes da divulgação da RSC de três modos. Primeiro, ao investigar a questão de se conhecer se a

não associação entre o tamanho do conselho e a divulgação de RSC observada em muitos outros setores é aparente dentro do contexto do sistema bancário islâmico. Em segundo lugar, ao explorar se o fato de possuir uma proporção maior de diretores não executivos no conselho está positivamente relacionada à divulgação de RSC, conforme demonstrado em estudos anteriores. Terceiro, ao examinar empiricamente se a separação de papéis entre CEO e presidente tem o mesmo impacto na divulgação da RSC entre os bancos islâmicos, conforme já evidenciado na literatura existente.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Finanças Islâmicas

As finanças islâmicas podem ser definidas como o conjunto de operações de natureza financeira e consoantes com a *Sharia* ou Lei Islâmica. À primeira vista, portanto, nada mais seriam além de práticas financeiras sujeitas a um regramento específico, cujas bases normativas, nesse caso, não seriam dadas por atos normativos seculares, tal como ocorrem em outros sistemas jurídicos, mas sim pelo Corão e pela *Suna*, as fontes primárias da *Sharia*. Portanto, podemos utilizar essa expressão para designar o conjunto de operações realizadas com a necessidade de se seguir e respeitar as orientações da *Sharia*, que por sua vez direcionam todo o comportamento dos seguidores do Islã. Atualmente, é utilizada a expressão *Sharia Compliant* para as atividades financeiras condizentes com as orientações religiosas do Corão e todas as suas vertentes aceitas.

2.2 Governança Corporativa Islâmica

De acordo com Chapra e Ahmed (2002), governança corporativa é definida como um conjunto de relações entre a administração de uma empresa, seu conselho, seus acionistas e outras partes interessadas (*stakeholders*), que visa alcançar justiça para todos os interessados na empresa, aumentando a transparência e prestação de contas. A governança corporativa também visa monitorar e controlar a gestão, a fim de maximizar o valor da empresa. Os principais componentes da governança corporativa incluem as relações dos investidores, bem como os relacionamentos com as partes interessadas, como funcionários, clientes, fornecedores, governo e sociedade em geral.

Do ponto de vista islâmico, a estrutura de governança corporativa dos bancos islâmicos é bastante singular, pois as instituições devem seguir um conjunto diferente de princípios baseados basicamente no Corão (Livro Sagrado para os muçulmanos), que contém

princípios de justiça social e responsabilidade (BHATTI; BHATTI, 2009). Nesse sentido, Hassan e Abdul Latiff (2009) afirmam que a RSC é a condição primária das transações bancárias islâmicas. Devido a isso, a RSC foi incorporada ao Padrão de Governança Corporativa para Instituições Financeiras Islâmicas, ao Código de Melhores Práticas para Governança Corporativa em Instituições Financeiras Islâmicas e aos Princípios Orientadores sobre Governança Corporativa para Instituições que Oferecem Somente Serviços Financeiros Islâmicos (IFSB, 2006), com a finalidade primária de melhorar a transparência e a prestação de contas nos bancos islâmicos. Além disso, cada instituição financeira islâmica tem seu próprio Conselho de Supervisão *Sharia*, para fornecer diretrizes para novos tipos de transações única e exclusivamente alinhados com o Islã.

Do ponto de vista islâmico, o principal objetivo dos relatórios das instituições financeiras islâmicas é evidenciar que suas transações estão em conformidade com os princípios e regras da *Sharia* (HANIFFA, 2002). Assim, o relatório financeiro deve enfatizar os princípios da divulgação total e responsabilidade no atendimento das necessidades da sociedade. O significado da divulgação completa é que os bancos islâmicos devem fornecer todas as informações necessárias à sociedade em relação às suas transações (MAALI et al., 2006). Com base nesse conceito, a comunidade (*Ummah*) tem o direito de saber o efeito das operações dos bancos no bem-estar da sociedade e garantir que elas estejam em conformidade com as exigências dos princípios do islamismo.

2.3 Conselho de Cooperação do Golfo (CCG)

O CCG é formado por seis países produtores de petróleo localizados no Oriente Médio: Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos (EAU), Kuwait e Omã. A população total dos países do CCG é de cerca de 42 milhões de habitantes. O setor bancário nos países do CCG é amplamente dominado por empresas locais, devido às restrições à propriedade estrangeira. Atualmente, existem mais de 400 instituições financeiras islâmicas operando em 75 países islâmicos e não islâmicos. A maior parte dessas instituições financeiras é oriunda dos países do CCG. Isso ocorre porque a região do Golfo é a principal fonte de financiamento para transações bancárias islâmicas. Mais de 40% (US\$ 262,6 bilhões) do total de ativos financeiros em conformidade com a *Sharia* (Lei Islâmica, base de todas as transações das instituições financeiras islâmicas) no final de 2007 (US\$ 640 bilhões) foram investidos em países do CCG.

2.4 Desenvolvimento das Hipóteses

A Teoria da Legitimidade tornou-se uma das principais teorias citadas na área de contabilidade social e ambiental. De acordo com a Teoria da Legitimidade, uma corporação divulga informações de RSC a fim de estabelecer ou sustentar sua legitimidade obtendo a aceitação da comunidade de suas ações (DEEGAN, 2002).

Na literatura de contabilidade social e ambiental, diversos pesquisadores concordam que a divulgação de RSC pode ser usada pelas empresas para mitigar a ameaça da legitimidade e reduzir a lacuna de legitimidade (e.g., DEEGAN et al., 2002; CHEN et al., 2008). Consequentemente, a teoria da legitimidade sugere que a alta gerência das organizações é responsável por diminuir a lacuna de legitimidade e empreende as atividades sociais necessárias para os diferentes grupos de interessados. Portanto, espera-se que a estrutura de governança corporativa do conselho de administração (tamanho do conselho de administração, composição do conselho de administração e dualidade do CEO) desempenhe uma função importante na redução do hiato de legitimidade, expandindo as divulgações da RSC.

2.2.1 Tamanho do Conselho de Administração

Evidências empíricas na governança corporativa sugerem que o tamanho do conselho afeta o nível de controle, monitoramento e divulgação. O benefício de ter um conselho maior é que ele pode aumentar o valor da empresa, porque eles fornecem uma empresa com membros de diferentes áreas de especialização. Por outro lado, ter um grande conselho pode ter um impacto negativo na tomada de decisões, os custos podem superar as vantagens (AKHATRUDDIN et al., 2009), levar a problemas de coordenação (JENSEN, 1993) e menos eficazes para monitorar a alta administração das empresas (YERMACK, 1996).

No contexto dos bancos islâmicos, espera-se que o tamanho do conselho não afete a divulgação de RSC. Isso se deve aos ensinamentos da *Sharia* que os indivíduos e organizações empresariais muçulmanas são responsáveis por cumprir seu dever da melhor maneira. Portanto, não deve haver diferenças no nível de divulgação entre bancos que possuam e o tamanho do conselho de administração.

Portanto, a primeira hipótese desenvolvida é:

Hipótese 1: O tamanho do Conselho de Administração não exerce influência na divulgação da RSC.

2.2.2 Composição do Conselho de Administração

Acredita-se que a independência dos conselheiros possa fortalecer o conselho monitorando e aconselhando a alta administração (ANDERSON, MANSI; REEB, 2004), protegendo os interesses dos investidores (PETRA, 2005), bem como reduzindo o custo da agência (CHOE; LEE, 2003). Da perspectiva islâmica, os membros do conselho de administração devem ter uma alta reputação, alta integridade moral e tecnicamente devem ser qualificados no negócio bancário para desempenhar seu papel de forma eficaz. Os membros também devem entender aos princípios e regras da *Sharia* relacionados a transações comerciais e finanças (KHAN et al., 2013).

Além disso, uma porcentagem maior de membros independentes no conselho levará a uma maior divulgação de RSC dos bancos islâmicos e aumentará o nível de transparência, uma vez que os membros independentes poderão motivar a administração a fornecer mais informações externas de cunho social. Muitos estudos indicam que a independência do conselho tem um impacto significativo na divulgação da RSC, que está alinhada com a expectativa teórica (e.g., HTAY et al., 2012).

Dessa forma, a segunda hipótese a ser testada é:

Hipótese 2: A composição do conselho de administração exerce influência positiva na divulgação de RSC.

2.2.3 Dualidade do CEO

A dualidade do CEO existe quando o *Chief Executive Officer* (CEO) ou diretor executivo também é o presidente do Conselho de Administração. Gul e Leung (2004) declararam que as empresas com dualidade de CEOs são mais propensas a estar associadas a níveis mais baixos de divulgação, uma vez que é menos provável que o conselho seja efetivo no gerenciamento de monitoramento e assegure um maior nível de transparência. A teoria da Agência prevê que a dualidade do papel crie o poder individual para o CEO que afetaria o controle efetivo exercido pelo conselho (ZAHIR, 2008). Com base na teoria da agência, a dualidade do CEO é considerada prejudicial porque o agente pode prosseguir seus próprios interesses em detrimento dos proprietários.

Do ponto de vista islâmico, um dos elementos-chave na gestão dos bancos islâmicos é que as principais decisões tomadas não devem ser tomadas por uma única pessoa (CHAPRA; AHMED, 2002). No entanto, os resultados da pesquisa são duplos. Huafang e Jianguo (2007) e Al-Arusi, Selamat e Hanefah (2009) encontraram uma associação negativa significativa entre dualidade e a divulgação da RSC. Por outro lado, Li et al. (2008) e Said et al. (2009) encontraram uma relação insignificante entre dualidade e a divulgação da RSC. Evidências anteriores também mostram que existem inúmeras empresas que têm uma função combinada de presidente e CEO em seus conselhos, que estão trabalhando com sucesso e têm a capacidade de manter a alta gerência sob controle (HANIFFA; COOKE, 2002). No contexto dos bancos islâmicos, a separação dos papéis do CEO e presidente pode não ter efeito sobre a divulgação de informações de RSC, uma vez que a maioria desses bancos é de propriedade familiar ou estatal.

Com isso, a seguinte hipótese é desenvolvida:

Hipótese 3: A Dualidade do CEO não influencia a divulgação da RSC.

3 PLATAFORMA METODOLÓGICA

O estudo utilizou dados transversais dos relatórios anuais dos bancos islâmicos nos países do CCG para o ano de 2017. A partir da triagem de todos os bancos islâmicos que operam nos países do CCG, apenas 53 bancos islâmicos forneceram seus relatórios anuais para fins de análise. Esse tamanho de amostra é bastante aceitável e comparável com as amostras usadas na maioria dos outros estudos de divulgação de RSC (e.g., SAID et al., 2009; LI et al., 2008; PLATONOVA, 2014; HARUN, 2016).

3.1 Especificação do modelo de regressão utilizado

O modelo de regressão a seguir foi usado para examinar a associação entre a estrutura do conselho de administração e o nível de divulgação da RSC:

$$IDRSCI = \alpha + \beta_1 TCA + \beta_2 CCA + \beta_3 DCEO + \beta_4 TAM + \beta_5 ROE + \beta_6 ISLAM + \varepsilon$$

Onde:

- IDRSCI = índice de divulgação de responsabilidade social corporativa islâmica
- TCA = tamanho do conselho de administração
- CCA = proporção de administradores não executivos para total de diretores no conselho
- DCEO = variável *dummy*, 1 se CEO ≠ presidente do Conselho, 0 caso contrário

- TAM = logaritmo natural do tamanho do banco
- ROE = retorno sobre o patrimônio líquido (lucro líquido dividido pelo total de ativos)
- ISLAM = porcentagem da população islâmica para população total em um país
- ε = termo de erro

As características do conselho de administração adotadas foram o tamanho do conselho de administração (TCA), a composição do conselho (CCA) e a dualidade do CEO (DCEO). Além disso, o estudo empregou variáveis de controle que consistem em tamanho do banco (TAM), desempenho financeiro (ROE) e público relevante (ISLAM), isto é, muçulmanos.

3.1.1 Variável Dependente: Divulgação da Responsabilidade Social Corporativa (DRSC)

Este estudo empregou uma abordagem de análise de conteúdo para coletar dados dos relatórios anuais dos bancos islâmicos. Este método tem sido amplamente utilizado em estudos anteriores de divulgação social (e.g., ABDUL RAHMAN, MD. HASHIM; ABU BAKAR, 2010; MENASSA, 2010; PLATONOVA, 2014, HARUN, 2016).

Para tanto, foi desenvolvido um índice de divulgação construído para medir o nível de divulgação da RSC. Os itens contidos no índice de divulgação foram identificados com base na revisão de literatura relacionada à divulgação de RSC (e.g., HANIFFA; HUDAIB, 2007; MUWAZIR et al., 2006; PLATONOVA, 2014). Ao todo, 14 temas foram derivados de estudos precedentes: 1) visão e declaração de missão; 2) alta administração; 3) Conselho de Supervisão da *Sharia* (CSS); 4) transações ilícitas; 5) *Zakat* (tributo religioso); 6) *Quard Hassan* (empréstimo benevolente); 7) atividades beneficentes e sociais; 8) política de funcionários; 9) pagamentos atrasados e clientes insolventes; 10) meio ambiente; 11) produtos e consumidor; 12) política para clientes; 13) pobreza; e 14) outros aspectos do envolvimento da comunidade.

Cada item da RSC foi codificado de acordo com o número de ocorrências e sua natureza de divulgação foi classificada como quantitativa ou qualitativa. Este estudo utilizou o número de sentenças para determinar o nível de *disclosure* da RSC por várias razões. Por exemplo, uma frase é facilmente identificada, menos sujeita a variações interpretativas do que frases, classes e temas. Sentenças são unidades mais aceitas de comunicação escrita em qualquer idioma do que palavras individuais e fornecem dados perfeitos, confiáveis e significativos para mais análises (INGRAM; FRAZIER, 1980; HUGHES; ANDERSON, 1995). Para examinar a consistência interna (confiabilidade da

mensuração) do índice de *disclosure* da RSC, foi empregado o coeficiente *Alfa* de *Cronbach*. O coeficiente *Alfa* de *Cronbach* neste estudo foi de 0,897 para todos os temas, o que excedeu o nível mínimo de aceitação de 0,60, demonstrando boa consistência (PESTANA, 2008).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Tabela 1 mostra a estatística descritiva das variáveis dependentes e independentes utilizadas nesta pesquisa. A pontuação média de divulgação da RSC é de 83,3 sentenças. Essa média é maior que a do estudo de Maali et al. (2006), com apenas 25 sentenças. O tamanho médio do conselho de administração é de 8,3 membros, indicando um tamanho bastante razoável para garantir sua eficácia. O valor médio de independência do conselho é de 81%, indicando que a maioria dos bancos islâmicos da amostra possuía um conselho de administração totalmente independente. O valor médio da relação entre o CEO e o presidente do CA (dualidade) é de 92%, indicando que a maioria dos bancos possui uma estrutura de liderança separada. Quanto às variáveis de controle, os bancos da amostra possuem uma média de 917 funcionários e um retorno médio sobre o patrimônio (ROE) de 2,86%, consideravelmente baixo. Além disso, o valor médio para a proporção da população muçulmana para a população total foi de 85,97%.

A Tabela 1 a seguir apresenta a estatística descritiva:

Tabela 1 – Estatística Descritiva (N = 53)

Variáveis	Mínimo	Máximo	Média	Mediana	Desvio Padrão	Assimetria		Curtose	
						Estat.	D.P.	Estat.	D.P.
DRSC	20,00	166,00	83,30	87,50	39,22	0,27	0,32	-0,86	0,64
TCA	4,00	13,00	8,30	9,00	1,98	0,05	0,32	-0,36	0,64
CCA	0,14	1,00	0,81	0,88	0,21	-1,54	0,32	1,93	0,64
DCEO	0,00	1,00	0,92	1,00	0,27	-3,30	0,32	9,29	0,64
TAM	18	8299	917,35	250,00	1700,41	3,37	0,32	13,65	0,64
ROE	-30,6	22,87	2,86	11,90	6,76	-1,43	0,32	11,89	0,64
ISLAM	76,20	97,00	85,97	0,75	7,89	0,30	0,32	-1,73	0,64

Fonte: Autor (2018).

Tabela 2 – Matriz de Correlação (N = 40)

Variáveis	DRSC	TCA	CCA	DCEO	TAM	ROE	ISLAM
DRSC	1	0,321**	-0,299**	0,087	0,327**	0,313**	-0,340**
TCA	0,321**	1	-0,114	0,190	0,245*	0,255*	-0,078
CCA	-0,299**	-0,114	1	-0,069	0,041	-0,173	0,338**
DCEO	0,087	0,190	-0,069	1	-0,060	0,315**	-0,330**
TAM	0,327**	0,245*	0,041	-0,060	1	-0,093	0,039
ROE	0,313**	0,255*	-0,173	0,315**	-0,093	1	-0,322**
ISLAM	-0,340**	-0,078	0,338**	-0,330**	0,039	-0,322**	1

******, * **Significância a 0,05 e 0,10, respectivamente.**

Fonte: Autor (2018).

A Tabela 2 acima relata a matriz de correlação entre as variáveis dependentes e independentes. A divulgação da RSC está positivamente correlacionada com o tamanho do conselho ($p = 0,321$), tamanho do banco ($p = 0,327$) e desempenho financeiro ($p = 0,313$), mas está negativamente associada à composição do conselho ($p = -0,299$), e público muçulmano ($p = 0,340$). Assim, pode-se resumir que os bancos com maior tamanho de CA, maior porte e com menor incidência de membros não executivos no conselho de administração, possuem um nível maior de divulgação das informações de RSC. Além disso, as correlações entre as variáveis explicativas são inferiores a 0,50, indicando ausência de multicolinearidade significativa entre elas.

4.1 Análise de regressão

A Tabela 3 a seguir apresenta os resultados empíricos de regressão das variáveis independentes no índice de divulgação de RSC. O coeficiente de R^2 é de 35%, e o R^2 ajustado é de 27%, indicando uma proporção razoável de variância. A tabela também mostra que o valor p do modelo é significativo em 20%. Os valores de Tolerância são superiores a 0,10, e o Fator de Inflação da Variância (FIV) para todas as variáveis independentes não excedeu 10, indicando que não há problemas de multicolinearidade entre as variáveis (KENNEDY, 1998). A Tabela 3 também indica que o tamanho do banco e o público relevante (de muçulmanos) têm efeitos significativos na divulgação de RSC nos níveis de 0,05 e 0,10, respectivamente. Isso significa que ambas as variáveis são consideradas fatores importantes pelos bancos islâmicos na decisão de divulgar informações de RSC.

O tamanho do conselho não tem impacto significativo na divulgação de RSC, e, dessa forma, **aceita-se a hipótese 1**. Esta conclusão é consistente com estudos anteriores (e.g., ARDAY; VÁZQUEZ, 2005; SAID et al., 2009). O mesmo se aplica à composição do conselho, que surpreendentemente mostra uma relação negativa com a divulgação de RSC. Assim, a **hipótese 2 é rejeitada**. Esse resultado também é apoiado por estudos anteriores de Eng e Mak (2003) e Barako et al. (2006). Além disso, o resultado não mostra nenhuma relação significativa entre a dualidade do CEO e a divulgação da RSC. Isso implica que a separação de funções entre o CEO e o presidente não afeta a divulgação da RSC, **aceitando a hipótese 3**. Essa constatação é consistente com os estudos de Li et al. (2008) e Said et al. (2009). Uma possível explicação é que a dualidade do papel permite ao CEO gerenciar melhor a empresa no alcance de seus objetivos e também em melhorar sua qualidade de liderança (DAHYA et al., 1996).

Tabela 3 – Estatística Descritiva (N = 40)

Variáveis	Sinal Esperado	Coeficiente Beta	t	Sig.	Diagnóstico de Colinearidade	
					Tolerância	FIV
DRSC			3,027	0,004***		
TCA	-	0,164	1,264	0,213	0,837	1,194
CCA	+	-0,182	-1,427	0,160	0,868	1,152
DCEO	-	-0,085	-0,645	0,522	0,820	1,219
TAM	+	0,319	2,562	0,014**	0,907	1,103
ROE	+	0,220	1,652	0,105	0,791	1,264
ISLAM	+	-0,235	-1,721	0,092*	0,755	1,325
R ²	0,353					
R ² ajustado	0,269					
F – Value	4,181 (0,002***)					

Fonte: Autor (2018).

Com relação às variáveis de controle, os resultados indicam que o tamanho do banco tem um efeito significativo positivo na divulgação da RSC. Isso implica que os maiores bancos islâmicos fornecem mais informações sobre RSC, porque eles têm mais recursos, como capital humano e maiores investimentos. Este resultado é consistente com estudos anteriores (e.g., AKHTARUDDIN et al., 2009; e OTHMAN et al., 2009). Em contraste, não há associação significativa entre desempenho financeiro e divulgação de RSC. Isso é

consistente com os achados de Barako et al. (2006) e Barako (2008), indicando que a decisão de fornecer informações de RSC não é afetada pelo desempenho financeiro. Curiosamente, os resultados documentam que o público relevante tem um impacto negativo significativo na divulgação de RSC no nível 0,10. Esse resultado está em contraste com os achados de Farook et al., (2011). Isso implica que não há uma razão específica pela qual um banco islâmico, operando em um país com maior população muçulmana, tenha necessariamente fornecido mais informações sobre RSC do que um banco islâmico operando em um país com uma população muçulmana mais baixa, já que todos os bancos islâmicos devem cumprir os preceitos da *Sharia* em qualquer país que estejam operando.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi examinar o efeito das características do conselho de administração (tamanho do conselho de administração, composição do conselho e dualidade do CEO) na divulgação de RSC pelos bancos islâmicos nos países do CCG. O estudo constatou que todos os três atributos do conselho de administração não têm impacto sobre a divulgação da RSC, o que pode ser devido à ausência de alguns outros aspectos importantes dos elementos de governança corporativa.

As principais conclusões dos resultados empíricos indicam que a decisão de fornecer a divulgação de RSC é orientada pelo tamanho do banco e público relevante, mas não pela estrutura de governança. Os resultados deste estudo estão sujeitos a várias limitações. Este estudo foca apenas em divulgações em relatórios anuais corporativos, embora se saiba que a administração pode usar outros meios de comunicação. Portanto, pesquisas futuras poderiam considerar divulgações em outras mídias, como jornais, internet e etc. Além disso, as empresas envolvidas em atividades socialmente responsáveis podem não ter divulgado essas atividades, a menos que elas sejam exigidas pelos regulamentos. Por conseguinte, não se deve concluir que as empresas que não divulgaram informações sobre RSC não participaram em nenhuma atividade de RSC. Finalmente, este estudo adota a perspectiva da Teoria da Legitimidade, para entender se é aplicável aos bancos islâmicos, contra os estudos anteriores que empregam a Teoria da Agência para bancos convencionais. Pesquisas futuras poderiam usar a Teoria da Agência para testar sua aplicabilidade também para bancos islâmicos.

REFERÊNCIAS

ABDUL RAHMAN, A., MD. HASHIM, M. F. A.; ABU BAKAR, F. Corporate Social Reporting: A Preliminary Study of Bank Islam Malaysia Berhad (BIMB). *Issues in Social and Environmental Accounting*, v.4, n.1, p. 18-39, 2010.

ABDUR ROUF, MD. The Corporate Social Responsibility Disclosure: A Study of Listed Companies in Bangladesh. *Business and Economics Research Journal*, v. 2, n.3, p. 19-32, 2011.

AKHTARUDDIN, M., HOSSAIN, M., HOSSAIN, M.; YAO, L. Corporate Governance and Voluntary Disclosure in Corporate Annual Reports of Malaysian listed firms. *Journal of Applied Management Accounting Research*, v. 7, n. 1, 1-20, 2009.

AL-ARUSI, A. S., SELAMAT, M. H.; HANEFAH, M. M. Determinants of Financial and Environmental Disclosures through the Internet by Malaysian Companies. *Asian Review of Accounting*, v.17, n. 1, p. 59-76, 2009.

ANDERSON, R.C., MANSI, S. A.; REEB, D. M. Board characteristics, accounting reporting integrity, and the cost of debt. *Journal of Accounting and Economics*, 37, 315-342, 2004.

ARCAY, M. R. B.; VAZQUEZ, M. F. M. Corporate characteristics, governance rules and the extent of voluntary disclosure in Spain. *Advances in Accounting*, v.21, p. 299-331, 2005.

ARIBI, Z. A.; GAO, S. Corporate social responsibility disclosure: A comparison between Islamic and financial institutions. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, v.8, n. 2, p. 72-91, 2010.

BARAKO, D. G.; BROWN, A. M. Corporate social reporting and board representation: evidence from the Kenyan banking sector. *Journal of Management and Governance*, v.12, n. 4, p. 309-324, 2008.

BARAKO, D. G., HANCOCK, P.; IZAN, H. Y. Factors influencing voluntary corporate disclosure by Kenyan companies. *Corporate Governance*, v.14, n. 2, p. 107-125, 2006.

BHATTI, M.; BHATTI, M. I. Development in legal Issues of corporate governance in Islamic finance. *Journal of Economic and Administrative Sciences*, v. 25, n. 1, p. 67-91, 2009.

CAMPBELL, D., CRAVEN, B.; SHRIVES, P. Voluntary social reporting in three FTSE sectors: a comment on perception and legitimacy. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, v.16, n. 4, p. 558-581, 2003.

CHAPRA, M. U.; AHMED, H. Corporate governance in Islamic financial institutions. Islamic Research and Training Institute. Saudi Arabia: *Islamic Development Bank*, 2002.

CHEN, J. C., PATTEN, D. M.; ROBERTS, R. W. Corporate charitable contributions: A corporate social performance or legitimacy strategy? *Journal of Business Ethics*, v. 82, n.1, p.131–144, 2008.

- CHOE, H.; LEE, B. S. Korean bank governance reform after the Asian financial crisis. *Pacific-Basin Finance Journal*, v.11, p. 483-508, 2003.
- DAHYA, J., LONIE, A. A.; POWER, D. M. The case for separating the roles of chairman and CEO: An analysis of stock market and accounting data. *Corporate Governance: An International Review*, v. 4, n 2, p. 52-68, 1996.
- DEEGAN, C. The Legitimizing Effect of Social and Environmental Disclosures - A Theoretical Foundation. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 15(3), 282-311, 2002.
- ENG, L. L.; MAK, Y. T. Corporate governance and voluntary disclosure. *Journal of Accounting and Public Policy*, v.22, p; 325-245, 2003.
- FAROOK, S. HASSAN, M. K.; LANIS, R. Determinants of corporate social responsibility disclosure: the case of Islamic banks. *Journal of Islamic Accounting and Business Research*, v. 2, n. 2, p. 114-141, 2011.
- GUL, F. A.; LEUNG, S. Board leadership, outside directors' expertise and voluntary corporate disclosures. *Journal of Accounting and Public Policy*, v.23, p. 351-379, 2004.
- GUTHRIE, J., CUGANESAN, S.; WARD, L. Industry specific social and environmental reporting: The Australian Food and Beverage Industry. *Accounting Forum*, v. 32, n.1, p.1-15, 2008.
- HANIFFA, R. Social Reporting Disclosure: An Islamic Perspective. *Indonesian Management and Accounting Research*, v .1, n. 2, p.128-146, 2002.
- HANIFFA, R.; COOKE, T. Culture Corporate Governance and Disclosure in Malaysian Corporations. *Abacus*, v. 38, n. 3, p. 317-349, 2002.
- HANIFFA, R.; HUDAIB, M. Exploring the Ethical Identity of Islamic banks via Communication in Annual Reports. *Journal of Business Ethics*, v. 76, p. 97-116, 2007.
- HARUN, M. The Impact of Corporate Governance and its Consequences on CSR Disclosure: Empirical evidence from Islamic banks in GCC Countries. PhD Thesis – University of Plymouth, UK, 2016. Disponível em: < <https://pearl.plymouth.ac.uk/bitstream/> >. Acesso em 14 abr.2018.
- HASSAN, A.; ABDUL LATIFF, S. Corporate social responsibility of Islamic financial institutions and businesses: optimizing charity value. *Humanomics*, v. 25, n. 3, p. 177-188, 2009.
- HUAFANG, X.; JIANGUO, Y. Ownership structure, board composition and corporate voluntary disclosure: Evidence from listed companies in China. *Managerial Auditing Journal*, v. 22, n. 6, p. 604-619, 2007.
- HTAY, S. N. N. AB. RASHID, H. M., ADNAN, M. A.; MEERA, A. K. M. Impact of Corporate Governance on Social and Environmental Information Disclosure of Malaysian Listed Banks: Panel Data Analysis. *Asian Journal of Finance and Accounting*, v. 4, n. 1, p. 1-24, 2012.

HUGHES, S. B.; ANDERSON, A. Corporate Environmental Performance and Environmental Disclosure: Are They Related? Paper presented at the American Accounting Association Annual Conference, Orlando, Florida, United States, 1995.

IFSB. Guiding Principles on Corporate Governance for Institutions Offering Only Islamic Financial Services (Excluding Islamic Insurance (Takaful) institutions and Islamic Mutual Funds. London: *Islamic Financial Services Board*, 2006.

INGRAM, R. W.; FRAZIER, K. B. Environmental Performance and Corporate Disclosure. *Journal of Accounting Research*, v. 18, n.2, p. 614-622, 1980.

JENSEN, M. C. The modern industrial revolution, exit, and the failure of internal control systems. *Journal of Finance*, v. 48, n.3, p. 831-880, 1993.

JENSEN, M. C.; RUBACK, R. The market for corporate control: The scientific evidence. *Journal of Financial Economics*, v.11, p. 5-50, 1983.

JO, H.; HARJORO, M. Corporate governance and firm value: The impact of corporate social responsibility. *Journal of Business Ethics*, v. 103, n. 3, p. 351-383. 2011.

KENNEDY P. **A guide to econometrics** (4th ed.). Massachusetts: MIT Press, 1998.

KHAN, M.H.U.Z. The Effect of Corporate Governance Elements on Corporate Social Responsibility (CSR) Reporting: Empirical Evidence from Private Commercial Banks of Bangladesh. *International Journal of Law and Management*, v. 52, n. 2, p. 82-109, 2010.

KHAN, A., MUTTAKIN, M. B.; SIDDIQUI, J. Corporate Governance and Corporate Social Responsibility Disclosures: Evidence from Emerging Economy. *Journal of Business Ethics*, v. 114, p.207-223, 2013.

LI, J., PIKE, R.; HANIFFA, R. Intellectual Capital Disclosure and Corporate Governance Structure in UK Firms. *Accounting and Business Research*, v. 38, n. 2, p. 137-159, 2008

LIPTON, M.; LORSH, J. W. A modest proposal for improved corporate governance. *Business Lawyer*, v. 48, n. 1, p. 59-77, 1992.

MAALI, B., CASSON, P.; NAPIER, C. Social Reporting by Islamic Banks. *Abacus*, v. 42, n. 2, p. 266-289, 2006.

MCLAREN, D. Global Stakeholders: Corporate accountability and inventor engagement. *Corporate Governance: An International Review*, v. 12, n. 2, p. 191-201, 2004.

MENASSA, E. Corporate social responsibility: An exploratory study of the quality and extent of social disclosure by Lebanese commercial banks. *Journal of Applied Accounting*, v. 11, n.1, p 4-23, 2010.

MUWAZIR, M. R., MUHAMAD, R.; NOORDIN, K. Corporate Social Responsibility Disclosure: A Tawhidic Approach. *Journal Syariah*, v. 14, n.1, p. 125-142, 2006.

NASER, K., AL-HUSSAINI, A., AL-KWARI, D.; NUSEIBEH, R. (2006). Determinants of Corporate Social Disclosure in Developing Countries: The Case of Qatar. *Advances of International Accounting*, v. 19, p. 1-23, 2006.

NUNNALLY, J. C.; BERNSTEIN, I. H. *Psychometric theory* (3rd ed.). New York: McGraw-Hill, Inc, 1994.

OTHMAN, R., MD-THANI, A.; GHANI, E. K. Determinants of Islamic Social Reporting Among Top Shari'a-Approved Companies in Bursa Malaysia. *Research Journal of International Studies*, v.12, p. 4-20, 2009.

OXIBAR, B.; DÉJEAN, F. An alternative approach of corporate social disclosure analysis. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00150581/document>>, Acesso em 12 jun. 2018, 2003.

PESTANA, M. H. **Análise de Dados para Ciências Sociais**. A complementaridade do SPSS, 5ª edição revista e corrigida. Lisboa, Edições Sílabo, p. 527-528, 2008.

PETRA, S. T. Do outside independent directors strengthen corporate boards. *Corporate Governance*, v. 5, n.1, p. 55-64, 2005.

PLATONOVA, E. Corporate Analysis of CSR Disclosure and Its Impact on Financial Performance in the GCC Islamic Banks. PhD Thesis - Durham University, UK, 2014. Disponível em: <<http://etheses.dur.ac.uk/10726/>>. Acesso em 12 jun.2018.

ROSCOE, J. T. *Fundamental Research Statistics for the Behavioural Sciences* (2nd ed) New York: Holt Rinehart & Winston, 1975.

SAID, R., ZAINUDDIN, Y.; HARON, H. The Relationship between Corporate Social Responsibility Disclosure and Corporate Governance Characteristics in Malaysian Public Listed Companies. *Social Responsibility Journal*, v. 5, n. 2, p. 212-226, 2009.

WALDEN, W. D.; SCHWARTZ, B. N. Environmental Disclosures and Public Policy Pressure. *Journal of Accounting and Public Policy*, v. 16, n. 2, p.125-154, 1997.

WILSON, R. The Development of Islamic Finance in the GCC. Working Paper. Kuwait: *The Centre for the Study of Global Governance*, 2009.

YERMACK, D. Higher market valuation of companies with a small board of directors. *Journal of Financial Economics*, v. 40, n. 2, p. 185-211, 1996.

ZEGHAL, D., MOUELHI, R.; LOUATI, H. An Analysis of the Determinants of Research and Development Voluntary Disclosure by Canadian Firms. *The Irish Accounting Review*, v.14, n. 2, p. 61-89, 2007.